

EDUCOMUNICAÇÃO: UMA INTER-RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Jonathas Fontes Santos*

Resumo: Este artigo tem por objetivo abordar definições e práticas relacionadas à educomunicação, campo de intervenção social que emerge da inter-relação entre a educação e a comunicação. O trabalho baseia-se em contribuições de pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), abordadas por Soares (2011); em informações disponíveis no endereço eletrônico do próprio NCE/USP (www.usp.br/nce) e em textos de autores (LAURITI, 1999; SOARES, 2000; KAPLÚN, 1999) que tem tratado sobre essa inter-relação em suas abordagens. Através deste trabalho podemos compreender a educomunicação, mesmo que com uma visão superficial, além de dispor de subsídios bibliográficos, que permitirão maior aprofundamento e domínio sobre esse campo de intervenção social.

Palavras-chave: Educomunicação; Intervenção Social; Comunicação; Educação.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo abordar las definiciones y prácticas relacionadas con la educomunicación, campo de intervención social que surge de la interacción entre la educación y la comunicación. El trabajo se basa en las aportaciones de la investigación realizada por el *Núcleo de Comunicação e Educação* de la *Universidade de São Paulo* (NCE/USP), discutido por Soares (2011), en informaciones disponibles en el sitio web del propio NCE/USP (www.usp.br/nce) y en textos de autores (LAURITI, 1999; SOARES, 2000; KAPLÚN, 1999) que ha tratado sobre esta interrelación en sus planteamientos. A través de este trabajo podemos entender la educomunicación, incluso con un punto de vista superficial, y tener subsídios bibliográficos, que permiten una mayor profundidad y dominio en este campo de la intervención social.

Palabras clave: Educomunicación; Intervención Social; Comunicación; Educación.

1 Conhecendo a educomunicação

O Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), órgão da Universidade de São Paulo (USP), surgiu em 1996 através da formação de um grupo de professores com um interesse em comum, o estudo da inter-relação entre Comunicação e Educação. Sua primeira pesquisa com grande destaque foi um trabalho que envolveu especialistas de doze países da América Latina e países da Península Ibérica possuindo duas finalidades; uma delas era compreender o pensamento dos coordenadores de projetos dessa área de estudo e a outra, descrever o perfil dos profissionais com atuação nessa inter-relação. Com a pesquisa, constatou-se que havia acontecido uma transformação, ou seja, a interface entre Comunicação e Educação que se configurava na conhecida forma de uma complementação mútua transformou-se numa integração, surgindo então um novo campo de intervenção social, a

* Graduado em Tecnologia em Informática e Gestão da Informação na Universidade Tiradentes (Unit), pós-graduando no Programa de Educação Continuada Mídias na Educação da UFPE/USP-NCE.
E-mail: jonathasfontes@hotmail.com.



Educomunicação, que em síntese, tem por meta a construção da cidadania, baseando-se no direito à expressão e à comunicação que cada sujeito possui (NCE/USP, s.d.).

A pesquisa permitiu ao núcleo definir o campo da *educomunicação* como o

[...] espaço que membros da sociedade se encontram para implementar ecossistemas comunicativos democráticos, abertos e participativos, impregnados da intencionalidade educativa e voltado para a implementação dos direitos humanos, especialmente o direito à comunicação. (NCE/USP, s.d.).

Em uma breve análise histórica da inter-relação, observa-se que por volta de 1980, o campo preocupou-se, internacionalmente, com a educação para a recepção dos produtos midiáticos e, após uma década, metodologias de abordagem para prática de educação à mídia difundiram-se no Brasil, possuindo um diferencial marcante em relação às experiências internacionais, ou seja, diferentes organizações defendiam a produção de comunicação de maneira democrática e participativa e não a exclusividade da “leitura de mídia” como prática da inter-relação. Foi então a partir de 1999 que o termo passou a ser corrente em textos do NCE/USP e elaborou-se um conceito fundamentado na pesquisa realizada pelo núcleo. Um ano depois a interpretação dada ao conceito obteve circulação internacional. Diante desses fatos e considerando que pesquisadores se depararam com a figura emergente de um novo profissional, identificou-se a necessidade de criar uma formação universitária que habilitasse o *educomunicador*, e esta foi concretizada pela USP em 2009, através do lançamento da licenciatura em *Educomunicação*.

Aprovada pelo Conselho Universitário, a graduação foi organizada com o intuito de oferecer ao país um novo profissional, dotado de condições para contribuir com o sistema de ensino básico nacional, no que se refere ao alcance das metas previstas. A razão de se optar pela licenciatura é que esse profissional deveria ser um professor de comunicação no âmbito do magistério e especialmente voltado a atender a demanda do ensino médio. O conselho, ao deliberar a formação, estabeleceu que esse professor também fosse preparado para a pesquisa e a consultoria, representando respectivamente, a capacidade de analisar e sistematizar experiências em *educomunicação* e a de assessorar projetos de comunicação educativa (SOARES, 2011).

Os estudos realizados pelo NCE a respeito do tema corroboraram com a consideração da *educomunicação* como um campo oferecedor de suporte teórico-metodológico que direciona agentes sociais a compreender a importância da ação comunicativa para o convívio humano, a produção do conhecimento e a elaboração e implementação de projetos colaborativos que visem mudanças sociais.

Temos dois pressupostos para a *educomunicação*, o de que a “educação só é possível enquanto ‘ação comunicativa’” e que “toda comunicação - enquanto produção simbólica e intercâmbio/transmissão de sentidos - é em si, uma ‘ação educativa’” (SOARES, 2011, p. 17), que se resumem na ideia de que comunicação e a educação, concomitantemente e cada uma a seu modo, exercem tanto o papel de educar como também o de comunicar, reconhecendo como princípio o direito universal à expressão garantidos tanto à mídia, quanto ao seu público.

Historicamente, educação e comunicação, quando instituídas pela racionalidade moderna, tiveram campos de atuação com demarcações, no contexto do imaginário social de maneira independente e aparentemente neutra. À educação coube administrar a transmissão do saber



indispensável ao desenvolvimento social e à comunicação difundir as informações, promover lazer popular e manter o sistema produtivo através da publicidade. E foi a partir das contribuições teórico-prática de filósofos da educação e comunicação, junto aos avanços das conquistas tecnológicas, que grupos de especialistas ativamente e organizados iniciaram o processo de aproximação entre os dois campos, processo que se tornou irreversível (SOARES, 2000).

Entre os filósofos da educação que contribuíram com o processo de aproximação, Paulo Freire destaca-se como um dos pioneiros que refletiu sobre a inter-relação no cenário latino-americano, já que em “Extensão ou Comunicação?” defendeu um agir pedagógico libertador por meio de processos comunicacionais, ou seja, a comunicação já podia ser vista como componente do processo educativo, mas não devendo ser apenas parte do “*messianismo tecnológico*” (SOARES, 2000).

Em relação à preocupação de não permitir que esse messianismo de fato aconteça é necessário o entendimento de que a *educomunicação* não “é sinônimo de ‘Tecnologias da Educação’ (TE), ou mesmo de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).”, pois o importante “não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos.” (SOARES, 2011, p. 18), e, conforme é descrito posteriormente, a mediação tecnológica no contexto educacional funciona apenas como uma de suas áreas de intervenção.

Nesse mesmo entendimento, Kaplún (1999) já considerava que a comunicação no contexto educacional, denominada por ele como “Comunicação Educativa”, não deveria ser vista como mero instrumento midiático e tecnológico, mas como componente pedagógico e com um olhar interdisciplinar, e enquanto campo de conhecimento deveria convergir numa leitura tanto da pedagogia a partir da comunicação como numa leitura de ordem inversa.

2 Elementos essenciais

Temos como elementos essenciais da epistemologia do campo a interdiscursividade e a interdisciplinaridade (SOARES, 2000). Para Lauriti (1999), a interdiscursividade funciona como um dos eixos construtores dessa área de confluência, e, devido ao campo possuir a polifonia discursiva como elemento estruturante, a autora atentou para o fato de que é preciso deixar de priorizar nas análises sobre o campo apenas as práticas de incorporação das TIC no processo educativo e buscar um maior aprofundamento teórico, motivo pelo qual justificou a elaboração de seu trabalho denominado “Comunicação e Educação: território de interdiscursividade”. Numa reflexão sobre o ponto em que a epistemologia relacionada ao campo da inter-relação se encontra, nota-se a efetivação dessa busca, pois nos últimos anos foram realizados diferentes estudos sobre o tema e há importantes experiências com abordagens de práticas educomunicativas aplicadas tanto no Brasil como em outros países.

Para compreender a razão da necessidade de interdiscursividade, é necessário entender que o discurso da educação não é capaz de

[...] isoladamente posicionar-se diante do novo contexto criado pelas novas tecnologias da comunicação e da informação. Sua metanarrativa é insuficiente para ressignificar seu discurso diante dessas novas mediações.



Assim, educador e comunicador não podem ser pensáveis como atores independentes e isolados deste novo ecossistema da comunicação educativa. (LAURITI, 1999, p. 2).

A interdiscursividade requer da educação tanto uma busca de ressignificação do estatuto epistemológico como uma re-flexibilização do discurso atual, considerando a necessidade de uma relação dialógica com a comunicação. “Trata-se de uma re-fundamentação teórico-prática e ético-política, tanto do agir pedagógico, quanto do agir comunicativo.” (LAURITI, 1999, p. 2), ou seja, o discurso pedagógico deve ser revitalizado para ocorrer o exercício da interdiscursividade, através do diálogo com a comunicação.

Referindo-se a interdisciplinaridade, Garcia (1998) afirma que comunicação e educação possuem, respectivamente, a mediação e o processo como aspectos centrais, sendo que nas mediações há um caráter processual e nos processos educacionais há uma natureza mediadora, permitindo assim compreender a razão que caracteriza a interdisciplinaridade também como elemento essencial.

Dessas relações interdimensionais resultam duas sub-áreas, a de mediações comunicacionais em educação e a de processos educacionais em comunicação, em que temos “a dimensão da comunicação insinuando-se sobre a educação e a aceitação desta das funções daquela” (GARCIA, 1998, p. 10) e a da educação insinuando-se sobre a comunicação.

A partir dessa perspectiva caberia ao educador o domínio da tecnologia, a inserção dos meios nas ações curriculares, a democratização da temática cultural, o autorreconhecimento como sujeito de mediações e a capacidade de dar significado e sentido ao volume de informação. Já ao comunicador caberia pensar nos meios como processos educativos e como espaço de polifonia e pluralidade cultural, além de programar e produzir com respeito à dignidade humana e de olho na construção do bem comum.

Em síntese, o espaço público mediatizado deve-se constituir em “espaço de troca e negociações dos novos sentidos da vida que os processos comunicacionais põem em pauta e a Educação não pode ficar à margem”, já os processos educativos em comunicação acontecem “pela ótica da cidadania, da construção do bem comum, da validação de um contrato social plurilateral, em que os significados da vida tenham sentido no coletivo, discutido em uma longa conversa com toda a sociedade.” (GARCIA, 1998, p. 11).

3 Áreas de intervenção

Encontramos nas áreas de intervenção, “pontes”, que segundo Soares (2011, p. 49) devem ser postas “entre os sujeitos sociais e o mundo da mídia, do terceiro setor, da escola, oferecendo um diálogo sobre determinado âmbito da ação educomunicativa.”

Soares (2000) reconheceu as seguintes áreas de intervenção social, como partes em que o campo se materializa: educação para comunicação, mediação tecnológica, gestão da comunicação no espaço educativo e reflexão epistemológica sobre essa inter-relação como fenômeno cultural emergente. Mas também destacou que elas não seriam excludentes e nem as únicas, apresentavam-se apenas como síntese, pois pareciam aglutinar as distintas ações possíveis. Em estudos mais recentes,



Soares (2011) acrescentou também como áreas a expressão comunicativa através de artes e a pedagogia da comunicação.

Essas áreas funcionam como percurso para a construção de ecossistemas comunicativos em espaços educacionais. Para Lauriti (1999), os ecossistemas devem contemplar de modo concomitante: experiências culturais heterogêneas, mediações proporcionadas pelas novas TIC e configuração do espaço educacional como um local onde o processo de aprendizagem conserva seu encanto.

A educação para a comunicação constitui-se na compreensão do fenômeno da comunicação, podendo acontecer tanto em nível interpessoal e grupal, como em nível organizacional e massivo. Encontramos reflexões em torno da relação entre os produtores, o processo produtivo e a recepção das mensagens, além de formações no campo pedagógico de receptores autônomos e críticos em consequência dos meios. Há também projetos que através de suas ações permitem a apropriação dos meios e das linguagens da comunicação.

O foco da expressão comunicativa através das artes é o potencial criativo e emancipador das distintas formas de manifestações artísticas, que possam ser realizadas numa comunidade educativa. Sempre que alguma prática desta área de intervenção atente primordialmente para o potencial comunicativo da expressão artística haverá uma aproximação entre as práticas educomunicativas e as identificadas com a Arte-Educação.

No contexto educomunicativo, as mediações tecnológicas voltam-se a procedimentos e reflexões relacionados à presença das TIC e suas múltiplas explorações pela comunidade educativa, garantindo formas democráticas de sua gestão. Tal mediação, enquanto ação educomunicativa, não deve estar centrada apenas na acessibilidade a recursos tecnológicos.

As TIC podem prover um espaço de vivência pedagógica com uma excelente aproximação do imaginário de crianças e adolescentes, com isso a ideia, enquanto ação educomunicativa, é proporcionar a criação de projetos que pretendam abordar o uso social das inovações tecnológicas, desconsiderando para isto ações que tenham como preocupação principal apenas o manejo de aparelhos tecnológicos. Essa mediação ganha espaço quando a apropriação de recursos técnicos acontece de forma solidária e democrática.

A pedagogia da comunicação como área de intervenção volta-se ao cotidiano da didática e busca multiplicar as ações em que professores e alunos trabalham juntos, optando-se, sempre que conveniente, pela pedagogia de projetos na elaboração das ações.

A gestão da comunicação é responsável pelo planejamento e execução de planos, programas e projetos que criam ecossistemas comunicacionais e também pela abordagem de processos e procedimentos das demais áreas, com intuito de definir indicadores de avaliação para os ecossistemas. Ela requer a presença de um sujeito capaz de incentivar os educadores no exercício em termos de escolhas de opções de áreas de intervenção e de suprir necessidades do ambiente em relação a espaços de convivência e tecnologias necessárias.

O ecossistema comunicacional pode ser criado em ambiente familiar, na comunidade educativa ou numa emissora de rádio, e cada indivíduo ou instituição pode atuar em distintos ecossistemas, ou seja, o pertencimento pode ocorrer de modo simultâneo. Seu conceito designa “a organização do ambiente, a disponibilização dos recursos o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional.” (SOARES, 2000, p. 22).



Esse fenômeno cultural emergente, compreendido a partir da inter-relação entre educação e comunicação, também precisa que experiências e estudos sejam sistematizados, de modo coerente, no que diz respeito à relação entre teoria e prática. E será justamente a área de reflexão epistemológica que garantirá essa sistematização, dando unicidade às suas práticas e, conseqüentemente, proporcionando seu reconhecimento, evolução e legitimação.

4 Considerações finais

A Educomunicação é um campo que traz consigo novas posturas teóricas e práticas, além de abrir caminho para uma educação cidadã emancipatória. Novos conceitos são elaborados para a inter-relação e também surgem novas necessidades, a exemplo da figura do educador, profissional com diferentes características, típicas de professor, comunicador, pesquisador e consultor.

O perfil do novo profissional passa a ser objetivo de formação da licenciatura em Educomunicação oferecida pela USP, mas também da especialização *lato sensu* em Educomunicação disponibilizada pelo Departamento de Comunicação e Artes¹ da mesma instituição para aqueles profissionais que buscam apenas especializar-se na área; quando já possuem uma formação acadêmica, o referido departamento possui outros cursos de aperfeiçoamento e extensão tanto presenciais como à distância.

Esse campo, constituído pela inter-relação entre as duas áreas, não é algo novo, mas apenas a constatação de uma integração existente entre educação e comunicação, que passa a ser reconhecida como área de intervenção social capaz de contribuir com a construção da cidadania através do direito à expressão e à comunicação.

Percebe-se que o campo já era tema estudado por autores como Paulo Freire e Mário Kaplún; aquele, defendia uma mediação pelos processos comunicacionais numa pedagogia libertadora; e este considerava a comunicação no contexto educacional denominando-a de “Comunicação Educativa”.

Em pesquisas referenciadas por Soares (2011), há a constatação de pontos como a incapacidade do ensino em atrair o interesse dos jovens pelo aprendizado e o alto percentual de jovens que deixam a escola por desinteresse. Mas as mesmas pesquisas constatam que práticas educacionais realizadas por ONGs em diferentes regiões do Brasil têm atraído cada vez mais jovens a envolverem-se com suas ações, ou seja, a *educomunicação* permite despertar maior interesse desse segmento pelo ensino, principalmente devido à “atitude reflexiva e crítica” que as práticas educacionais demonstram possuir “diante da sociedade de massa guiada pela ideologia do consumo”. (SOARES, 2011, p. 29).

Os jovens devem ser instigados a pensar, expor suas opiniões, conhecer como os meios de comunicação agem e a envolver-se com processos de produções midiáticas, para se abrirem a compreender criticamente a realidade social e ampliar seu interesse em participar da construção de uma sociedade mais justa. Ações como essas os levam a escolher a opção democrática da vida em sociedade, graças à participação, pois ela permite maior conhecimento e interesse pela comunidade onde vivem, além de desenvolver a capacidade de inspirarem ações coletivas de educomunicação (SOARES, 2011).

¹ É possível encontrar mais informações sobre o departamento e suas contribuições para a Educomunicação através do endereço: <<http://www.cca.eca.usp.br/>>.



Há um consenso entre documentos internacionais a respeito da necessidade de priorizar o estabelecimento de canais de comunicação entre jovens, a fim de permitir que sejam ouvidos, que tenham participação e que desenvolvam papéis de liderança através de informações que lhes sejam proporcionadas. Essa participação irá refletir-se num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação, já que o jovem tem em suas possibilidades de expressão e de comunicação um caminho para a conquista da autonomia (SOARES, 2011).

Reflexões com objetivo de buscar aprofundamento teórico e prático sobre a inter-relação podem ser construídas através de estudos, a exemplo de Citelli e Costa (2011) e Citelli (2012), que fazem parte da Coleção Educomunicação da Editora Paulinas, além dos textos já mencionados ao longo deste trabalho.

Muitos textos também podem ser encontrados no endereço eletrônico do NCE/USP e na Revista “Comunicação e Educação” do Departamento de Comunicações e Artes da ECA/USP², que, sem dúvida, permitirão um maior aprofundamento em assuntos relacionados à inter-relação abordada.

Há também a Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação (Rede CEP), existente desde 2004, que reúne diferentes organizações, um centro de pesquisa e dois colaboradores com vasta experiência em educomunicação. No endereço eletrônico da rede³ é possível encontrar sugestões de sites e portais com informações sobre mudanças no âmbito da educação; garantia de direitos e comunicação social no Brasil e no mundo; lista das organizações que constituem a rede junto a seus respectivos sites; histórico e outros conteúdos com relevância para quem busca por informações sobre o campo e tenha interesse em saber mais sobre a rede.

Referências

CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

CITELLI, Adilson, (org.). **Educomunicação: Imagens do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012.

GARCIA, Edson Gabriel. **Comunicação e educação: campos e relações interdisciplinares**. NCE/USP, 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/21.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 68-75, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4417/4139>>. Acesso em: 25 set. 2012.

LAURITI, Nádia C. **Comunicação e educação: território de interdiscursividade**. NCE/USP, 1999. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/142.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012.

² Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/>>.

³ Rede CEP: <<http://www.redecep.org.br/>>.



SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma o ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 12-24. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4147/3888>>. Acesso em: 25 set. 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de Comunicação e Educação. **História**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/?wcp=/onucleo/texto,3,6,7>>. Acesso em: 25 set. 2012.

